



Recebido em 01/02/2018

Aceito em 18/07/2018

RESENHA

**LUÍS BERNARDO HONWANA. *NÓS MATAMOS O CÃO TINHOSO!*
SÃO PAULO: EDITORA KAPULANA, 2017. 148 p.**

Júlio César Machado de Paula¹

Quem envereda pelo difícil e extraordinário caminho dos estudos de literaturas africanas de língua portuguesa experimenta com alguma frequência a complexa tarefa de indicar, tanto a leitores em geral quanto a novos pesquisadores, um repertório de obras fundamentais, capazes de iluminar as literaturas de que fazem parte. Diante da heterogeneidade dos critérios e da incontornável subjetividade de quem os estabelece, a indicação ou sugestão das obras pelas quais se deva iniciar o estudo de uma literatura constitui muitas vezes uma tarefa ingrata ou inglória.

No caso das literaturas africanas de língua portuguesa, deve-se somar à dificuldade geral de estabelecimento do repertório uma questão de ordem prática: o acesso às obras. Quem quiser se dedicar ao estudo da literatura portuguesa, por exemplo, terá de decidir por onde iniciar suas leituras, se por Camões ou Fernando Pessoa, se por Eça ou Lídia Jorge, ou se por tantos outros caminhos, mas, independentemente da escolha e dos critérios que a embasem, as obras estarão ali, à mão do leitor, sem maiores dificuldades.

Ora, o mesmo não se pode dizer das literaturas africanas de língua portuguesa, cujas obras, sujeitas aos critérios de um mercado editorial pouco afeito às diferenças e a uma presença ainda muito recente no âmbito escolar e universitário, raramente chegam às mãos de leitores brasileiros. No que diz respeito à literatura moçambicana, pode-se dizer que tal problema se encontra em grande medida sanado, uma vez que duas de suas obras seminais, justamente as que eu recomendaria como pórticos à literatura de Moçambique, ganharam recentemente edições brasileiras, ambas pela editora Kapulana, de São Paulo. Trata-se de *Sangue negro* (2016), de

¹ Professor de Literaturas Africanas da Universidade Federal Fluminense. E-mail: iuliusmachado@gmail.com



Noémia de Sousa, e de *Nós matamos o cão tinhoso!* (2017), de Luís Bernardo Honwana, este, objeto da presente resenha.

Composto por sete narrativas, o livro foi originalmente publicado em Moçambique em 1964, ano emblemático que viu, ainda, a publicação póstuma de *Pour La révolution africaine*, de Frantz Fanon, suma de seu pensamento político e de sua conclamação para a ação revolucionária anticolonial, e o início da luta armada em Moçambique, a cargo da FRELIMO, à qual Honwana se engajará. Por sua luta política, o autor será detido nesse mesmo ano e permanecerá como preso político até 1967.

Afora algumas edições portuguesas e moçambicanas e as traduções para cinco idiomas (inglês, alemão, sueco, francês e espanhol), o livro conheceu em 1980 uma edição brasileira, há muito esgotada, na saudosa e extinta coleção Autores Africanos, da editora Ática. Além das sete narrativas originais, a recente edição da Kapulana traz ainda uma narrativa epistolar adicional, “Rosita, até morrer”, inédita em livro, e um posfácio da professora Vima Lia de Rossi Martins, da Universidade de São Paulo.

O livro se abre, não por acaso, com uma narrativa de mesmo nome, “Nós matamos o cão tinhoso!”, que, em grande medida, pode ser considerada uma espécie de chave de leitura para o conjunto do livro. Tal fato se deve por ela apresentar não apenas os temas da exploração colonial e da humilhação a que o colonizado está sujeito, presentes em todos os contos, mas também o da tomada de consciência desse estado de coisas por esse mesmo sujeito.

O enredo se desenvolve a partir de um grupo de meninos incumbidos de matar o Cão Tinhoso, um animal sem dono que vaga pelas ruas, enxotado por quase todos em função do estado deplorável de sua pele, recoberta de cicatrizes e feridas. A expressão ‘cão tinhoso’ é uma criação popular decorrente do tabuísmo estabelecido em torno da palavra ‘diabo’ e da crença de que a simples menção desse nome já seria capaz de atrair o ser nomeado. Deve-se notar que, do imenso repertório de sinônimos nascidos desse tabuísmo (o dicionário Houaiss, por exemplo, apresenta algumas dezenas deles), Honwana escolheu justamente aquele cuja adjetivação, ‘tinhoso’, aponta também para a ideia de resistência, que acaba por constituir um dos eixos temáticos da narrativa. A despeito de toda a violência a que o cão foi e continua sendo submetido, ele persiste, ele sobrevive (teria, na explicação fantasiosa de alguns meninos, sobrevivido à explosão de uma bomba atômica).

Outro eixo temático, já mencionado, é o da progressiva tomada de consciência, o que se percebe pela mudança de comportamento de Ginho, garoto negro que narra a história. Inicialmente, seu esforço por ser integrado ao grupo, liderado por Quim, agressivo filho de colono, faz com que seu comportamento se assemelhe ao de um assimilado. No entanto, as situações de exclusão que ele próprio experimenta ao longo da narrativa acabam por lhe despertar um sentimento de solidariedade pelo Cão Tinhoso e por Isaura, única a demonstrar, desde o início, afeto pelo cão.



Outra característica do livro, partilhada com outros autores africanos de língua portuguesa, como Luandino Vieira, é a relevante presença de crianças e de idosos como protagonistas das estórias. Além da coorte infantil que povoa a narrativa de abertura, as crianças são protagonistas e narradoras em “Inventário de imóveis e jacentes”, “Papá, cobra e eu” e “As mãos dos pretos”, além de dividirem o espaço textual com os idosos em “A velhota”. Estes, por sua vez, estão no centro de “Dina”, relato de extração neorrealista em que Madala, o protagonista idoso, testemunha a exploração sexual da própria filha pelo capataz da machamba em que trabalha. A questão é complexa e exigiria mais tempo e espaço do que se dispõe aqui, mas é possível ao menos sugerir uma hipótese para a reflexão acerca dessa relevante presença de crianças e idosos nas narrativas. Como já bem explorou Alfredo Bosi no ensaio “Colônia, culto e cultura” (1992), a etimologia do termo ‘colonização’ aponta para a forma verbal latina *colo*, equivalente em português à primeira pessoa do presente do indicativo, podendo ser traduzida literalmente por ‘eu ocupo’. Em um jogo de temporalidades, pode-se pensar nessa presença recorrente de idosos e de crianças como um indicativo de que há um processo histórico em curso, por mais que interesse ao colonizador impor o seu regime de exploração como uma espécie de eterno e imutável presente. Ora, se houve um passado não colonial, latente nas tradições africanas preservadas pelos idosos, há também a possibilidade de um futuro não colonial a ser gestado pelas crianças.

Outra questão a que se deve estar atento diz respeito ao bilinguismo ou, na expressão mais específica de Louis-Jean Calvet, à “diglossia colonial” (1979). Não estamos, aqui, diante de um fenômeno socialmente neutro, no qual línguas distintas entrariam em contato, ou em que indivíduos bilíngues transitariam livremente de um idioma a outro. Trata-se, antes, do estabelecimento, como estratégia de poder, de uma hierarquia entre línguas e registros linguísticos, culminando, por extensão, na hierarquização também de seus usuários. Central em qualquer discussão sobre literaturas produzidas sob regime colonial, a questão toca de perto a própria experiência de vida de Honwana, cujo pai trabalhara como intérprete no interior de Moçambique. Mas, se a língua é mobilizada pelo colonizador como um instrumento de dominação, o processo de conscientização apontará para a possibilidade inversa, ou seja, o recurso às línguas africanas como instrumento de resistência do grupo subjugado. É o que se vê, por exemplo, em “Papá, cobra e eu” na passagem em que Papá, após o jantar, rompe o hábito de ler a *Bíblia*, substituindo-o por uma oração em ronga. Eis aí, em um gesto marcante, a mudança tanto do idioma quanto do registro, ou seja, a prevalência da oralidade ronga sobre o português escrito da *Bíblia*.

Um exemplo de aproximação do que poderíamos chamar de “escrita neo-realista” (ABDALA Jr., 1981) pode ser dado por “Dina”. Narrado em terceira pessoa, o conto se estrutura por uma espécie de *travelling* cinematográfico que acompanha de perto e em minúcias a exploração laboral do protagonista, Madala, e de seus companheiros. Dessa forma, as personagens, embora fictícias, emergem do texto como atores sociais de um universo estritamente dividido entre indivíduos subalternizados, de um lado, e sujeitos hegemônicos de outro (ainda que estes, com frequência, se façam representar, no trabalho bruto de exploração do outro, por intermediários,

como capatazes e sipaios).

Não apenas em “Dina”, mas no livro como um todo, esse desnudamento do caráter violento da colonização portuguesa, especialmente em sua perspectiva racista e estigmatizadora do sujeito africano, põe em cheque os mitos do discurso lusotropicalista e de sua defesa exaustiva de um diferencial positivo do colonizador português quando comparado aos demais. Nada disso resiste à leitura das narrativas do livro e ao caráter de denúncia que se adensa a cada linha.

Outro elemento a se destacar é a explicitação da estigmatização étnico-racial como instrumento de dominação colonial. É o que se vê no extraordinário “As mãos dos pretos”, no qual um aluno, recusando a explicação do professor de que as palmas das mãos dos pretos seriam claras pelo fato de seus avós andarem apoiados sobre elas, dispõe-se a buscar outras versões para o fenômeno. A simples enunciação do caráter racista das relações coloniais já se configura como um importante elemento de resistência, tendo-se em vista que um dos pilares do lusotropicalismo, mobilizado a essa altura como um discurso de justificativa da continuidade portuguesa na África, era justamente a suposta ausência de preconceito racial do colonizador português.

Merece destaque, em meio às tentativas de explicação para a coloração das mãos dos pretos, da mais racista à mais redentora, a forma sintética e precisa com que a mãe do garoto inicia sua explicação: “Deus fez pretos porque tinha de os haver.” (p. 109). Simples e direta em sua estrutura, eis aí uma afirmação ontológica e radical do sujeito negro, por mais que a máquina colonial insistia em oprimi-lo e negá-lo.

Integrada ao conjunto do livro, a narrativa sugere uma progressão metonímica da reapropriação: das mãos ao corpo, do corpo ao sujeito, do sujeito ao país a ser construído. Assim, se a mãe, nessa narrativa específica, promove a afirmação ontológica da existência dos pretos, a despeito do racismo que rege as relações coloniais, o conjunto do livro pode ser visto como uma afirmação ontológica de Moçambique, ainda que, a esta altura, esteja sob jugo colonial. Se Deus fez os pretos porque eles tinham de haver, os moçambicanos fariam Moçambique porque Moçambique tinha de haver. E, nesse processo longo e ainda em curso, o livro de Luís Bernardo Honwana ocupou e segue ocupando, sem dúvida, um espaço dos mais relevantes.

REFERÊNCIAS:

ABDALA Jr., Benjamin. **A escrita neo-realista**. São Paulo: Ática, 1981.

BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In: **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CALVET, Louis-Jean. **Linguistique et colonialisme: petit traité de glottophagie**. Paris: Payot, 1979.

